

“VOCÊ VIRA *FREAK SHOW*” – FRAGMENTOS DE UM DOCUMENTÁRIO ESCRITO

Simone Ávila

E-mail: simoneavila10@brturbo.com.br

Resumo: Este artigo é um “documentário escrito” composto por quatro cenas da vida de Marcos. As cenas descritas não foram escolhidas ao acaso, mas sim intencionalmente, haja vista que elas representam alguns aspectos que me interessam na reflexão sobre questões que envolvem identidades, mais especificamente identidades de gênero, dentro de uma lógica polissexual, engendradas pelas tecnologias moles e líquidas na produção de corpos e subjetividades que operam na sociedade farmacopornográfica, como nos apresentam Beatriz Preciado, Michel Foucault e Judith Butler, entres outros autores que emprestarão suas vozes neste documentário textual.

Palavras-chave: identidades de gênero; transexualidade; subjetividade.

Abstract : This article is a “written documentary” consists of four scenes from the Marcos’s life. The scenes described were not chosen randomly, were intentionally chosen to represent some aspects that interest me in thinking that about on issues involving identity, specifically gender identity within a polissexual logical engendered by liquid and soft technologies in the production of bodies and subjectivities that operate in farmacopornographic society as presents Beatriz Preciado, Michel Foucault and Judith Butler, will lend their voices in this documentary.

Keywords: gender identity; transsexuality; subjectivity.

Ao falar da morte do sujeito em *As palavras e a as coisas*, Michel Foucault recusava que se fizesse previamente uma teoria do sujeito; ele entendia como necessária a recusa de “uma certa teoria *a priori* do sujeito para poder fazer essa análise das relações possivelmente existentes entre a constituição do sujeito ou das diferentes formas de sujeito e os jogos de verdade, as práticas de poder, etc”. O que lhe interessava era a constituição histórica das diferentes formas do sujeito em relação aos jogos de verdade e a constituição do sujeito de forma ativa, a partir de esquemas encontrados na cultura, “impostos ou sugeridos pela própria cultura, sua sociedade e seu grupo social” (FOUCAULT, 2006, p. 275).

Na interpretação de Paul Veyne (2011, p. 178), Foucault “não rasurava os nomes próprios”. Para Foucault (2006), o sujeito não é “natural”; ele se constitui a cada época, engendrado “pelo dispositivo e pelos discursos do momento, pelas reações de sua liberdade individual e por suas eventuais estetizações”. O processo de constituição do sujeito livre, longe de ser um sujeito soberano, foi denominado por Foucault como subjetivação.

Foucault (2006) acreditava que a sexualidade é o modo pelo qual um ser humano se torna sujeito. Este autor (1986) descreve a passagem, em fins do século XVIII, de uma sociedade soberana a uma sociedade disciplinar como o deslocamento de uma forma de poder, que decide e ritualiza a morte, para uma nova forma de poder produtor, difuso e tentacular, chamada de biopoder, que calcula tecnicamente a vida em termos de população, saúde e interesse nacional. Este poder, para Beatriz Preciado (2008), é mais versátil e acolhedor, pois adquire a forma de uma tecnologia política geral, se metamorfoseando em arquiteturas disciplinares, calendários de regulação da vida etc., pois não se comporta mais como uma lei coercitiva.

Partindo de Foucault, Preciado (2008) desenvolve o conceito de sexo-política, que seria uma das formas dominantes dessa ação biopolítica que emerge com o capitalismo contemporâneo (disciplinar), questionando a concepção de política segundo a qual o biopoder só produz disciplinas de normalização e determina formas de subjetivação.

Embora Preciado (2008) reconheça as importantes contribuições de Foucault nesse campo, ela entende que ele, de certa forma, negligenciou a emergência de um conjunto de profundas transformações das tecnologias de produção de corpos e de subjetividade que se sucederam a partir da Segunda Guerra Mundial. Ela acrescenta um outro regime de subjetivação, nem soberano, nem disciplinar, emergente dessas transformações, propos-

to por Gilles Deleuze e Felix Guattari: sociedade de controle, que seria a organização do social derivada desse controle biopolítico, que ela própria denomina de sociedade “farmacopornográfica”, tomando como referência os processos de governo da subjetividade sexual nos seus modos moleculares (“fármaco”) e semiotécnicos (“pornô”).

Para Preciado, o contexto somatopolítico posterior à Segunda Guerra Mundial parece dominado por um conjunto de novas tecnologias do corpo, como a biotecnologia, as cirurgias, a endocrinologia, o surgimento e a circulação de novas drogas sintéticas – como a pílula contraceptiva, o Viagra, os hormônios sintéticos –, e da representação – como a televisão, o cinema, a fotografia e a cibernética. Segundo a autora, essas novas tecnologias são “tecnologias moles, leves, gelatinosas, injetáveis”. Em sua perspectiva, a produção técnica de hormônios, por exemplo, permite o controle da feminilidade e da masculinidade como enclaves técnicos da produção de gênero e de subjetividades.

Diferentemente da sociedade disciplinar, na qual as tecnologias de subjetivação controlavam o corpo desde o exterior, na sociedade farmacopornográfica “as tecnologias fazem parte do corpo, se diluem no corpo, se convertem em corpo. [...] a tecnopolítica toma a forma do corpo, toma o corpo, se incorpora” (PRECIADO, 2008, p. 74). Para Preciado (2008, p. 75), “o corpo não habita mais os lugares disciplinares: ele é habitado por eles, sua estrutura biomolecular e orgânica é seu último refúgio. Horror e exaltação da potência política do corpo”.

Minha intenção aqui é trabalhar as questões que envolvem identidades, mais especificamente identidades de gênero, dentro de uma lógica polisssexual, engendradas pelas tecnologias moles e líquidas na produção de corpos e subjetividades, como nos apresenta Beatriz Preciado.

Escolhi como forma de apresentação do texto um documentário “escrito” porque, ao pensar nessas questões, vieram várias imagens à mente, como fragmentos de um quebra-cabeça, como “narrativas que possuem vozes diversas que falam do mundo ou de si” (RAMOS, 2008, p. 24).

Um documentário “estabelece asserções ou proposições sobre o mundo histórico” (RAMOS, 2008, p. 22), mas isso não significa que ele mostre a “realidade como ela é”; é apenas uma apresentação parcial e subjetiva da realidade. Ramos (2008, p. 55), tratando dessa questão, cita Grierson que diz: “o documentário é o tratamento criativo das atualidades”. Este documentário escrito é composto por quatro cenas da vida de Marcos, perso-

nagem que será apresentado mais adiante. As cenas descritas não foram escolhidas ao acaso, mas sim intencionalmente por representarem alguns aspectos que me interessam na reflexão a que me proponho aqui.

Cena 1 – Rodoviária – A viagem

Marcos é um sujeito simpático e inteligente, de baixa estatura, usa óculos e cavanhaque. Ele tem 36 anos e é estudante universitário. Ele foi convidado para ser palestrante em um evento acadêmico numa outra cidade. Em uma manhã de novembro de 2010, pegou sua mochila e foi para a rodoviária de uma capital brasileira qualquer, decidido a tomar o ônibus que o levaria para o tal evento. Chegou mais cedo à rodoviária, com receio de ter problemas para viajar. Mostrou sua carteira de identidade para o motorista da empresa de ônibus. O motorista olhou o nome e a foto no documento, olhou para ele, olhou novamente para a carteira de identidade e disse que ele não poderia embarcar, pois a carteira de identidade não era dele. Marcos explicou que sim, que era mesmo dele o documento apresentado. O motorista, irritado, chamou outros colegas para tentar resolver o problema. Após muita explicação, após ter sido ameaçado de não entrar no ônibus, após ele mesmo ter ameaçado a empresa com um processo, foi liberado para embarcar. Os funcionários da empresa de ônibus ficaram olhando o ônibus se afastar, rindo dele e o apontando para outras pessoas.

Viajar é uma atividade comum à maioria das pessoas; faz parte do cotidiano. O que essa cena tem de peculiar? O que exatamente aconteceu? Por que um estudante universitário não poderia embarcar em um ônibus para uma atividade acadêmica?

Quando o motorista e seus colegas olharam para Marcos, identificaram um sujeito masculino, usando o critério visual. Seria simples, pois ele tem barba e não tem seios, o que seria, a princípio, atributos de um homem. Isso é o que dizem as teorias biológicas que essencializam o sexo e o naturalizam. Sendo assim, seria “natural” a identificação de Marcos como pertencente ao sexo masculino, pois os discursos dessas teorias essencialistas produzem o que deve ser visto, isto é, o critério visual está atravessado pelo discurso.

A tecnologia visual de identificação de sujeitos utilizada pelo motorista (e seus colegas) é a mesma tecnologia usada por médicos ao atribuir o “sexo” do bebê no momento do nascimento. Os médicos verificam por

meio de uma inspeção visual se o bebê tem pênis ou vagina. Se tiver pênis, dirão que é um menino; se tiver vagina, dirão que é uma menina. Antes mesmo do nascimento, outra tecnologia é utilizada para a definição do sexo do bebê: a ecografia.

Porém, Marcos é um “representante” da sociedade farmacopornográfica. Ele produziu seu corpo do jeito que lhe convinha, utilizando testosterona (hormônio masculino) para mudar sua aparência, para ter mais pelos pelo corpo, para ter barba, para alterar a voz; recorreu à cirurgia para retirar seus seios, enfim... utilizou e utiliza as tecnologias do corpo, as quais Preciado (2008) denomina de “tecnologia moles, leves”, que estão disponíveis no mercado. Ele se identifica com o gênero masculino, embora no nascimento tenham dito que ele era uma menina. Penso que agora ficou claro que Marcos é trans-homem (ou transexual masculino – de mulher para homem), mas ainda não conseguiu alterar seu nome na carteira de identidade. Voltarei a este assunto depois.

Antes de seguir, gostaria de justificar a escolha da categoria “trans-homem”. Optei por usar esta categoria por três razões: a) porque me agrada a tradução literal do francês “*transhomme*” e do inglês “*transman*”; b) porque, dessa forma, “trans-homem” se torna um substantivo, que é a palavra com que se denomina, e não se “qualifica”, um ser ou um objeto, como é o caso do adjetivo. Ao usarmos “masculino” ou “feminino” após transexual (transexual masculino, transexual feminino), ao usar “transexual” após homem ou mulher (homem transexual, mulher transexual), estamos qualificando o sujeito; c) porque em uma lógica “polissexual”, me parece adequado fugir dos binarismos já conhecidos, como, por exemplo, homem/mulher, masculino/feminino, que discutirei mais adiante.

Já que falei que Marcos se identifica com o “gênero” masculino, penso ser importante abordar as várias noções de gênero que circulam nesse âmbito. John Money, um psicólogo infantil, foi o primeiro a utilizar a noção de gênero, em 1947, para evocar a possibilidade de modificar, por meio de cirurgias ou terapia hormonal, o sexo de bebês nascidos ou com dois órgãos genitais e/ou com cromossomos (intersexos) que a medicina, por meio de seus critérios visuais e discursivos da época, não podia classificar estritamente como femininos ou masculinos (PRECIADO, 2008).

Money acreditava que uma menina ou menino transexual ou intersexual, quando operado, poderia se desenvolver “normalmente” a partir da socialização no gênero diferente do atribuído no momento do nascimento,

poderia se adaptar muito bem ao novo gênero e ter uma vida feliz. Money argumentava que o gênero era construído socialmente (BUTLER, 2006).¹

Embora o termo gênero tenha sido criado por um psicólogo, não é possível reduzi-lo a este campo. A categoria gênero passou por transformações no campo feminista, surgindo em oposição ao “sexo”, questionando e recusando as diferenças sexuais biológicas como determinantes do comportamento e da personalidade, que enfatizavam a relação de poder desigual e hierárquico entre as mulheres e os homens. O uso da categoria gênero foi estratégico e fundamental para a luta feminista (KNUDSEN, 2007).

Várias teóricas feministas, como Gayle Rubin, Donna Haraway, Monique Wittig, entre outras, questionaram a essencialização e a naturalização do sexo e das relações de poder entre as mulheres e os homens, utilizando o gênero como categoria de análise. Embora a transexualidade também se encontre no debate feminista ao questionar o sujeito do feminismo, não é este o meu objetivo aqui.

Portanto, vou me deter nas noções de gênero de Teresa De Lauretis (1987), que discute as tecnologias de gênero, e Judith Butler, que problematiza a hegemonia heterossexual e os binarismos existentes (homem/mulher, feminino/masculino, heterossexual/homossexual), vinculando o processo de assumir um “sexo” às identificações sexuadas permitidas ou excluídas pelo imperativo heterossexual.

Para Teresa De Lauretis (1987, p. 3), o gênero é uma representação e construção sociocultural e histórica, sendo “um efeito de cruzamento de representações discursivas e visuais que emanam de diferentes dispositivos institucionais, como a família, a religião, os sistemas educativos, os meios de comunicação, os tribunais”. Outros dispositivos menos flagrantes seriam as teorias radicais e as práticas artísticas, tais como a linguagem, a arte e a literatura.

Não sei o quanto Marcos e o motorista apreciam cinema, literatura e outras artes. Mas, de qualquer modo, pensar sobre a produção da subjetividade sexual e de gênero a partir de registros, projeção, imagem e decodificação do aparelho cinematográfico, da fotografia e da literatura, como fez De Lauretis (1987), parece bastante esclarecedor. Nesse sentido, Preciado

¹ Judith Butler relata, no Capítulo 3 de *Deshacer el género* (2006), a história de David Reimer, que, após uma cirurgia de fimose, ao redor dos oito meses de idade, teve o pênis queimado e mutilado acidentalmente. David (John) passou a viver como Brenda (Joan). Mais tarde, Brenda teve o desejo de voltar a ser menino. Essa história foi acompanhada por John Money por um determinado tempo e ficou conhecido como o “caso John/Joan”. Esse caso foi bastante polêmico no campo biomédico.

(2008) afirma que o sujeito está constantemente implicado em um processo corporal de significação, de representação e de autorrepresentação, pois é tanto produtor como intérprete desses signos.

Muitos héteros se identificam com modelos de feminilidade e de masculinidade mostrados no cinema ou em outras produções visuais como a fotografia. Quem não se lembra da imagem *sexy* e provocante de Marilyn Monroe com o vestido levantado pela saída de ar do metrô como ícone da feminilidade, ou ainda de Sylvester Stallone como o másculo e viril Rambo?

Da mesma forma acontece com os trans-homens. Muitos deles se autoidentificam ou se autodeterminam trans a partir de um filme que assistiram, ou de um livro que leram. Um exemplo disso na produção de identidades de trans-homens é o filme *Boys don't cry*² (*Garotos não choram*), que conta a história de Brandon Teena, um trans-homem americano que foi assassinado quando descobriram a sua condição. Esse filme tem sido um marco na vida de muitos trans-homens por sua identificação com Brandon, que permite a eles a autoidentificação ou autorrepresentação trans.

Judith Butler (2010a) afirma que o gênero se constitui em uma forma de regulação social, no qual dispositivos específicos de regulação (institucionais, militares, sociais, psicológicos, educacionais, legais, psiquiátricos) são evocados com o objetivo de refletir sobre a maneira pelas quais essas regulações são engendradas e impostas aos sujeitos. Butler (2005) afirma que a categoria "sexo" é normativa desde o começo, não funcionando somente como norma, mas também fazendo parte de uma prática reguladora na produção de corpos que controla e governa. No entanto, a autora chama a atenção sobre a condição não estática de um corpo, pois o sexo, sendo um ideal regulatório, é uma construção ideal que se materializa através do tempo em função da reiteração forçada dessas normas.

Ainda segundo Butler (2005, p. 18), "os corpos nunca acatam inteiramente as normas mediante as quais se impõe sua materialização"; são justamente as instabilidades que abrem possibilidades de rematerialização que, por sua vez, marcam um espaço "no qual a força da lei regulatória pode se voltar contra si mesma e produzir rearticulações que coloquem em juízo a força hegemônica dessas mesmas leis reguladoras".

² Baseado na história real de Teena Brandon, *Boys don't cry* (1999) relata a juventude de uma jovem garota que decide assumir sua homossexualidade, mas para fugir do preconceito e negação da sociedade adota nova identidade, transformando-se no garoto Brandon. Meninos não choram explora as contradições da identidade e juventude americana através da vida e da morte de Brandon Teena. Através de um caos de desejo e assassinato, surge a história de um jovem americano à procura do amor, de si mesmo e de um lugar para chamar de lar.

Butler (2006) diz que o gênero é performativo, considerando a performatividade como “uma prática reiterativa e referencial mediante a qual o discurso produz os efeitos que nomeia” (BUTLER, 2005, p. 18). No entanto, quanto à performatividade, Preciado discorda, de certa forma, de Butler e argumenta que o gênero “não é nem metáfora, nem ideologia e não pode ser reduzível a uma performance: ele é uma tecnoecologia política” (PRECIADO, 2008, p. 104). Preciado entende que o conjunto de tecnologias de domesticação do corpo, de técnicas farmacológicas e audiovisuais que fixam e delimitam nossas potencialidades, é uma ficção “somatopolítica”, que funciona como próteses de subjetivação e questiona a certeza de sermos homens ou mulheres.

Gêneros inteligíveis, para Butler (2006), são aqueles que, de certa maneira, mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo. Em outras palavras: dentro da norma heterossexual (heteronormatividade), por exemplo, uma mulher (fêmea) deve ser feminina e se relacionar com homens (macho). Para a autora, entender o campo do gênero a partir de discursos restritivos que insistem no binário homem e mulher como forma exclusiva “tomam a forma de uma operação reguladora de poder que naturaliza o caso hegemônico (heterossexualidade) e reduz a possibilidade de pensar em sua alteração” (BUTLER, 2006, p. 70-71).

Por outro lado, a existência de gêneros não inteligíveis, como o de Marcos, que subvertem e/ou transgridem a heteronormatividade produzem seres abjetos, não sujeitos, colocados em zonas invisíveis, inabitáveis da vida social. Butler (2005, p. 20) afirma que esta “zona de inabitabilidade constituirá o limite que define o terreno do sujeito; constituirá esse lugar de identificações temidas contra as quais – e em virtude delas – o terreno do sujeito circunscreverá sua própria pretensão à autonomia e à vida”. Voltarei a falar sobre isso na cena 2.

Antes de seguir, gostaria de deixar claro que não são só transexuais que utilizam as tecnologias presentes na sociedade farmacopornográfica. Somos todos nós. Marcos é apenas um exemplo daquilo a que Preciado (2008, p. 94) se refere: “se no sistema disciplinar do século XIX o sexo era natural, definitivo, imutável e transcendental, o gênero aparece agora como sintético, maleável, variável, suscetível de ser transferido, imitado, produzido e reproduzido tecnicamente.”

Cena 2 – Nos bancos da escola

Parte I: O nome fora da ordem

Marcos estuda em uma universidade pública brasileira. Nessa universidade, foi instituído o “nome social”³ para travestis e transexuais. Em uma aula, um colega lhe passa a lista de chamada. Procura seu nome para assiná-lo e se depara com um decalque sobre o mesmo, quando vê seu nome “fora da ordem”, riscado o primeiro nome, permanecendo apenas o seu sobrenome acrescentado do seu nome social. Então, percebe que na semana anterior a lista já havia circulado. Ele se pergunta: “Mas o que isso tem de errado? Afinal, eu não queria apenas ser chamado de Marcos?”. Uma professora socióloga, que insiste em chamá-lo pelo nome que consta na carteira de identidade, já lhe questionou sobre qual o problema de ser chamado por um nome feminino e por que isso o incomoda.

O nome social é aquele pelo qual as pessoas querem ser chamadas e reconhecidas socialmente. Várias universidades públicas brasileiras adotaram a utilização do nome social para travestis e transexuais nos últimos anos para evitar constrangimentos, reconhecendo o direito que os estudantes travestis e transexuais têm de não serem discriminados por suas identidades de gênero.

O subtítulo dessa cena nos faz perguntar de qual ordem estamos falando. Em primeiro lugar, de uma “ordem alfabética”. O nome que consta na carteira de identidade de Marcos começa com a letra A. Sendo assim, o M de Marcos vem depois. Em vez de ter o nome A rabiscado na lista com o nome social escrito por cima, não seria mais lógico incluir o nome social no lugar na ordem alfabética, no lugar depois do L? Se fosse assim, na hora da chamada o professor seguiria a ordem alfabética, Marcos responderia e tudo estaria resolvido, sem problemas.

Em segundo lugar, estamos falando de uma “ordem jurídica”. Ao tomar emprestado a frase de Bauman como ilustração “hoje em dia, somos todos indivíduos *per jure*”, Piñeroba (2008) acredita que os trans não são indivíduos *per jure*, pois ainda estão à espera do reconhecimento de seus direitos.

³ Considera-se o “nome social” o nome pelo qual as pessoas trans desejam ser reconhecidas socialmente, de acordo com sua identidade de gênero, e contrapõe-se ao nome civil, aquele registrado na certidão de nascimento. Esse tema foi amplamente debatido na I Conferência Nacional LGBT, realizada em Brasília em junho de 2008. O uso do nome social tem por objetivo evitar discriminações e violências transfóbicas. Algumas universidades brasileiras aprovaram a resolução, autorizando às pessoas trans o uso do nome social.

Os indivíduos de gêneros não inteligíveis, por se encontrarem em uma zona invisível e inabitável da vida social, como dizia Butler, não são sujeitos jurídicos, ou melhor, estão sujeitos ao aparato regulador jurídico que toma como referência a heteronormatividade e os discursos biomédicos que colocam a transexualidade no âmbito da patologia.

No Brasil, para que um/a transexual possa alterar o nome que consta na certidão de nascimento, tem de passar formalmente por um processo chamado “transexualizador”;⁴ que é regulado pelos discursos biomédicos. Somente após o acompanhamento de pelo menos dois anos é que o transexual pode solicitar a mudança do nome no registro de nascimento. Os trans precisam de “autorização” para conseguir realizar seu desejo de mudar o sexo, primeiro de uma equipe de saúde que pensa que pode determinar o que é melhor ou não para um sujeito, e, segundo, de um juiz, que, mesmo com todas as tecnologias de produção corporal – muitas delas inventadas por médicos – pode ainda negar o pedido de troca de nome.

Embora na sociedade farmacopornográfica tenhamos disponíveis tecnologias do corpo que infiltram e penetram a vida, que tomam a forma do corpo nos quais controlam, que se transformam em corpo para se transformar em subjetividade, como diz Preciado (2008), ainda estamos sujeitos aos dispositivos de vigilância e controle próprios do regime sexopolítico disciplinar.

No caso de Marcos, a dificuldade ainda é maior. Ele não passou por todo esse processo. Ele não quer alterar a sua genitália, optou por fazer apenas a mastectomia, para poder ter um torso masculino. Ele tem em mãos apenas um laudo psicológico que atesta a sua transexualidade.

Assim como o sistema jurídico não reconhece Marcos como sujeito autônomo e livre para decidir o que é melhor para si, para a sua própria vida, não há o reconhecimento de sua identidade de gênero não hegemônica por professores de uma instituição pública de ensino superior, na qual há uma resolução sobre o uso do nome social, que, em última instância, reconhece identidades de gênero não normativas. O que Marcos quer é a

⁴ Para realizar as cirurgias de transformações corporais de acordo com sua identidade de gênero (em transexuais femininas – de homem para mulher –, é construída uma vagina, vaginoplastia, e em transexuais masculinos – de mulher para homem –, é construído um pênis, faloplastia), o sujeito transexual deve ser acompanhado em hospitais autorizados pelo Ministério da Saúde por uma equipe de saúde multiprofissional, que inclui médico endocrinologista, cirurgião, urologista, psiquiatra, psicólogo e assistente social. O período de acompanhamento é em torno de dois anos. Este período é considerado um período de avaliação do sujeito, a fim de definir se ele é um transexual “verdadeiro” e se está apto para as transformações corporais desejadas. Além das cirurgias, é prescrita a terapia hormonal. Embora o processo transexualizador tenha sido fruto das demandas do próprio movimento trans durante muitos anos no Brasil, ainda precisa ser mais debatido e ampliado.

possibilidade de uma vida habitável. É na força da exclusão e da abjeção que ele (e outros sujeitos de gênero não inteligíveis) se constitui como sujeito. Nas palavras de Butler,

as críticas às normas de gênero devem se situar no contexto das vidas tal como se vive e devem se guiar pela questão do que maximiza as possibilidades de uma vida habitável, o que minimiza a possibilidade de uma vida insuportável, ou, inclusive, da morte social ou literal. (BUTLER, 2006, p. 23)

Cena 3 – “Fui expulso do Orkut”

Marcos participa de redes sociais como *Orkut* e *Facebook* e grupos de discussão na internet sobre transexualidade masculina. Em um dos grupos, o foco da discussão era o processo transexualizador a que os transexuais têm de se submeter para fazer a transição de um sexo a outro. Marcos propôs como tópico de discussão a (des) patologização da transexualidade. Ele se posiciona a favor da despatologização, pois não considera justo e digno ser tratado como doente mental para poder acessar o sistema de saúde. Para ele, despatologizar a transexualidade não significa não ter acesso à saúde. Como sua posição é contrária a dos demais membros, diz: “Fui expulso do *Orkut!*”

Há vários discursos sobre a transexualidade. Começo pelo discurso biomédico, pois a transexualidade surgiu nesse âmbito na segunda metade do século XIX, e estabeleceu uma correlação entre travestismo feminino e “inversão sexual” (NEWTON, 2008), na qual houve a associação da homossexualidade feminina com “masculinização”, com especial ênfase na questão vestimentária, ligada às convenções de roupa associadas rigidamente a cada sexo e também marcadas por outras classificações sociais, como ocupação social.

Nesse contexto, a transexualidade passou a ocupar um espaço aberto pela psiquiatrização da homossexualidade como uma patologia. Desde então, vários estudiosos como Harry Benjamin, David Cauldwell, o próprio John Money, já citado anteriormente, Robert Stoller, entre os outros, tentaram explicar as causas orgânicas ou psicológicas da transexualidade.

Atualmente, o discurso biomédico diz que Marcos é “uma mulher que se sente presa em um corpo de homem; ele não apresenta transtornos psi-

quiátricos graves que distorcem a percepção da realidade, mas necessita ser aceito socialmente e legalmente no gênero escolhido” (SOCIEDAD ESPAÑOLA DE ENDOCRINOLOGIA, 2002, apud SUESS, 2010), mas se estivéssemos em 1949, esse mesmo discurso diria que Marcos é um “caso” de *Transsexualis psychopathia*. Em 1973, ele teria um distúrbio de gênero, chamado de “disforia de gênero”; em 1987, ele apresentaria sintomas de “transexualismo”; já em 1994, Marcos teria “desordem da identidade de gênero” (DIG) e, finalmente, em 2001, teria sido classificado como portador de “transtorno de identidade de gênero” (TIG).⁵

O discurso biomédico está atravessado pela norma heterossexual, desconhecendo ou ignorando a multiplicidade ou pluralidade de identidades de gênero, que comentarei mais adiante. O que é um paradoxo, pois, como afirmei anteriormente, se hoje existem as tecnologias de produção de corpos, como as cirurgias de mudança de sexo, os hormônios, as próteses etc., muito se deve ao campo médico. No entanto, essas tecnologias têm sido utilizadas na fabricação de corpos “normais”, ou de corpos “heteronormais” (para manter a coerência com os referenciais que estou utilizando).

Como contraponto, ou resistência, ao discurso biomédico, têm surgido na última década outras noções sobre transexualidade, conhecidas por Marcos. Ele sabe que, no campo político, a perspectiva dos direitos humanos presente em declarações internacionais recentes se posiciona a favor da despatologização da transexualidade e da livre expressão das identidades de gênero, como Suess (2010) mostra: os Princípios de Yogyakarta (2007),⁶ a declaração da Assembleia Geral da ONU sobre identidade de gênero (2008)⁷ e o Informe Direitos Humanos e Identidade de Gênero de Thomas Hammarberg, Comissário de Direitos Humanos do Conselho da Europa (2009).

Um ponto que merece atenção é a prática política dos ativistas trans. Marcos sabe que esses ativistas, que vivem em diferentes países do mundo, assim como ele, reivindicam o protagonismo legítimo de um processo de decisão sobre o direito à autodeterminação de suas próprias identidades e gestão do corpo e à vivência de uma multiplicidade e formas de expressão e identidades não binárias, mais condizentes com a sociedade farmacopornográfica.

⁵ A título de esclarecimento, foi em 1987 que a transexualidade, que nesta época era chamada de “transexualismo”, foi incluída como “disforia de gênero” no Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders – DSM III (Manual Diagnóstico e Estatístico das Desordens Mentais) (CASTEL, 2001). O DSM foi alterado em 1994 (DIG) e em 2001 (TIG).

⁶ Disponível em: <http://www.clam.org.br/pdf/principios_de_yogyakarta.pdf>.

⁷ Disponível em: <<http://www.un.org/webcast/pdfs/ga081218.pdf>>.

Marcos também tem conhecimento da Campanha Internacional *Stop Trans Pathologization – 2012*, promovida pelos ativistas desde 2007. Essa mobilização internacional tem circulado por todo o mundo com o objetivo de retirar a transexualidade do DSM – V, que está em fase de reformulação e será publicado em 2013. Por isso que ele propôs ao grupo de trans-homens a discussão da patologização, ou melhor, despatologização da transexualidade. No entanto, não encontrou espaço para tanto nesse grupo transbrasileiro.

Seus companheiros pensam que ser considerados “doentes mentais” é uma maneira de ter acesso às tecnologias cirúrgicas e hormonais de transformações corporais, oferecidas oficialmente pelos serviços de saúde. Este realmente é um debate acirrado, controverso, e não é consenso entre as pessoas trans.

Butler (2006) problematiza a questão da seguinte maneira: apesar de se criticar duramente o diagnóstico de transexualidade e tudo que isso envolve, seria um erro sua total erradicação porque esse diagnóstico é o instrumento por meio do qual se pode obter ajuda e *status* legal. A autora quer dizer com isso que o diagnóstico pode ser utilizado de forma estratégica. Por outro lado, ela se pergunta se o fato de alguém se submeter ao diagnóstico não implicaria uma certa sujeição que levaria à internalização de tal diagnóstico por parte do sujeito, fazendo com que ele conceba a si mesmo como um doente ou “fracassado” da normalidade, ou ambos.

Outra questão importante levantada por Butler (2006, p. 116) é: “o que implica viver com tal diagnóstico?”. Ela mesma responde afirmando que não se pode subestimar a força da patologização, pois o diagnóstico pode ser debilitador e até mesmo homicida: “às vezes, assassina a alma e às vezes se converte em um fator que contribui para o suicídio”. A autora coloca esse debate como uma questão de vida ou morte, pois, enquanto para uns o diagnóstico implica a vida, para outros significa a morte. “Outros consideram o diagnóstico uma benção ambivalente ou mais, uma maldição ambivalente” (ibid., p. 117).

Seguindo o pensamento de Butler, o não reconhecimento dos trans como sujeitos jurídicos e o não reconhecimento social tal como apresentado na cena 2 não seria um tipo de morte social?

Embora eu tenha demonstrado as diferentes noções de transexualidade, o discurso biomédico parece ainda prevalecer sobre os outros. Marcos mesmo diz que o “discurso médico é muito forte”. O discurso biomédico

tem o *status* dito “científico”, e para Ferré (2009) é do conjunto de saberes científicos que os transexuais extraem a explicação de si e a legitimação de seus atos individuais e coletivos na arena social e política. Este autor (2009, p. 3) resume essa ideia assim: “isto significa que os transexuais se pensam ‘cientificamente’!”. Se for mesmo assim, posso imaginar que os companheiros de Marcos estão se constituindo “cientificamente”, e esta ciência é a bio-medicina, mas isso é apenas uma das diversas possibilidades de análise.

Uma questão que me chamou a atenção nessa cena foi a expulsão de Marcos do grupo de discussão. Não é possível estabelecer uma identidade trans “universal”, é claro. A constituição das identidades de gênero, inteligíveis ou não, hegemônicas ou não, como tenho demonstrado até aqui, é perpassada por vários discursos, dispositivos, tecnologias, experiências pessoais e vivências; não se dá em um vazio. Não se pode querer que todo sujeito, trans ou não, compartilhe das mesmas ideias e opiniões. Mas expulsar de um grupo alguém que pensa diferente não seria também uma forma de abjeção?⁸

Cena 4 – Nos bancos da escola – Parte II: roda de conversa

Marcos está finalmente no evento para o qual foi convidado, juntamente com Cristina, outra convidada, transmulher (de homem para mulher), presidente de uma ONG para travestis e transexuais. Era uma roda de conversa em uma sala de aula de outra universidade pública brasileira sobre a despatologização das identidades trans. Cristina se pergunta: “Como despatologizar o que está patologizado?”. Para ela, no decorrer do processo formal de acompanhamento para a mudança de sexo, não há espaço para o desejo dos trans, pois os trans devem adotar um “texto” que reproduza o que os psiquiatras médicos e psicólogos esperam de um/uma transexual “verdadeiro”. Marcos compartilha dessa crítica, dizendo que não se trata de ser doente ou não, e sim se você é obediente. Além disso, Marcos critica o “teste da vida real”, que faz parte do processo transexualizador. Nesse teste, o candidato deve se comportar e se vestir o tempo todo de acordo com o gênero escolhido. Ele diz: “se você é transmulher, usa vestido, mas ainda tem uma barba que aparece, ou se você é trans-homem, se ‘comporta’

⁸ Júlia Kristeva desenvolve seu conceito de abjeto a partir da distinção de dois momentos específicos da aquisição da linguagem no sujeito: semiótico e simbólico. Para a autora, abjeção é aquilo que se produz de forma ameaçadora e não assimilável; algo que solicita, inquieta, fascina o desejo. “O que nos torna abjeto é aquilo que perturba uma identidade, um sistema, uma ordem. Aquilo que não respeita os lugares, os limites, as regras” (KRISTEVA, 1988, p. 11).

como homem, mas seus peitos aparecem embaixo da camiseta, fica uma coisa esquisita, todo mundo fica olhando! Você vira *Freak Show!*"

A discussão sobre a despatologização das identidades trans não se esgota nas questões discutidas na cena 3, pois realmente este é um tema que merece uma análise bastante cuidadosa.

A questão que Cristina levanta não é de fácil resposta, nem sei mesmo se há respostas. Um dos problemas que estão postos é o receio que os trans têm de perder o acesso aos serviços de saúde que disponibilizam as tecnologias de transformação do corpo. Talvez este também seja o receio dos companheiros de Marcos. No Brasil, esses serviços são oferecidos pelo Sistema Único de Saúde. Mas não podemos esquecer que o acesso a essas tecnologias é também uma questão social e econômica. Ou seja, se um sujeito tem condições financeiras bastante confortáveis, pode pagar por esses serviços; não precisa se submeter ao poder público. Ele pode, também, pagar por atendimento psicológico privado, no qual vai conseguir o laudo que ateste sua transexualidade, e vai poder pagar também bons advogados para iniciar o processo jurídico para alteração do nome no seu documento de identidade. No entanto, são poucos os indivíduos que no Brasil têm acesso a esses recursos, inclusive se consideramos que muitos deles "perdem" qualquer apoio familiar quando o desejo transexualizador se faz explícito.

Mas, talvez, antes de pensar em como despatologizar, fosse interessante pensar sobre as implicações que a transexualidade teve ao ser considerada uma patologia. Cristina e Marcos são de gêneros não normativos. Os dispositivos e discursos sobre o que está fora das normas reguladoras são diferentes na sociedade disciplinar e na sociedade farmacopornográfica.

Foucault analisa o domínio da anomalia tal como funcionava no século XIX. Ele trabalha com a noção de "monstro humano", anormal, sobre o qual recaía o problema da anomalia, que se constitui na violação das leis da sociedade e na violação das leis da natureza. O monstro "é o modelo ampliado, a forma, desenvolvida pelos próprios jogos da natureza, de todas as pequenas irregularidades possíveis. [...] modelo de pequenas discrepâncias"(FOUCAULT, 2002, p. 70, 71), sendo o princípio de inteligibilidade de todas as formas de anomalia.

Em uma direção semelhante, Alain Courtine (2008) analisa a espetacularização e a comercialização do monstro, do anormal, da anomalia, na segunda metade do século XIX e início do século XX. Nessa época, a exi-

bição de homens-elfantes, mulheres barbadas, criaturas com duas cabeças, quatro braços e um tronco etc., instigava a curiosidade pelo bizarro. O público delirava nos circos e parques onde aconteciam esses espetáculos, esses *Freak Shows*.

No entanto, a teratologia⁹ científica vai mostrar que o monstro “não é senão um organismo cujo desenvolvimento foi interrompido [...] o anormal vai permitir compreender o normal” (COURTINE, 2008, p. 289). A ciência coloca o monstro no lugar da ordem da natureza e o “o direito o reintegra em seu lugar na ordem da lei” (ibid., p. 296), passando a ser um elemento da apreciação jurídica a qual dependia agora da perícia médica. A questão do monstro passa para um domínio jurídico-biológico (FOUCAULT, 2002).

O discurso biomédico aponta que o monstro também é humano e faz surgir um novo sentimento de compaixão. As autoridades administrativas se comovem diante dos perigos a que a exibição das deformidades humanas expõe a ordem pública e a ordem moral. Aos poucos, os espetáculos de “fenômenos vivos” vão sendo enquadrados pelas autoridades até chegar à sua eliminação (COURTINE, 2008). Os monstros, agora humanos, precisam de cuidados médicos.

Na sociedade farmacopornográfica, o monstro, tal como interpretado no século XIX, não existe mais; existe apenas como ficção. Os monstros da sociedade disciplinar agora têm tratamento. Eles saem da categoria de “anormais” e podem ser incluídos na categoria de “normais”. Há tecnologias para isso. Preciado (2008) toma como exemplo a mulher-barbada, que era considerada uma anomalia na sociedade disciplinar. Na sociedade farmacopornográfica, “ela é um caso clínico de hirsutismo,¹⁰ usuária potencial do sistema de saúde e consumidora de moléculas manufaturadas que neutralizam a produção de testosterona, direcionadas à normalização hormonal” (ibid., p. 104).

Money, o mesmo que utilizou a nomenclatura “gênero” pela primeira vez, evocou a possibilidade de modificar o sexo dos bebês intersexos através de meios hormonais e cirúrgicos. É importante lembrar que essa modificação visava a alterar o sexo do bebê segundo a lógica binária, regulada pela heteronormatividade, ou seja, visava a transformar o corpo em masculino ou feminino. Isso era o “normal”. Por outro lado, Money “opôs a plasticidade tecnológica do gênero à rigidez do sexo” (PRECIADO, 2008, p.

⁹ Especialidade médica que se dedica ao estudo das anomalias e das malformações ligadas a uma perturbação do desenvolvimento embrionário ou fetal.

¹⁰ Crescimento irregular de pelos, geralmente com distribuição irregular pelo corpo, devido a alterações hormonais.

94). As tecnologias cirúrgicas de mudança de sexo surgidas no século XX seguem essa mesma lógica, ou seja, têm o mesmo caráter normalizador.

Outro discurso biomédico sobre a transexualidade diz que o transexual tem aversão a seus órgãos genitais e nega o seu corpo, o que não é de todo verdade; não se pode fazer uma generalização como essa. Kate Bornstein, por exemplo, diz que

quando era homem nunca se sentiu mulher, embora estivesse convencida de que não era homem. Ela nunca odiou o seu pênis, o que odiava era o fato de que o pênis era um atributo masculino. Foi a “ausência” de sentimentos masculinos, mais que a “presença” de sentimentos femininos que a levou a mudar seu gênero. (BORNSTEIN apud PIÑEROBA, 2008, p. 184)

Surge aqui uma outra identidade trans que subverte o conhecido sistema de gêneros: o *gender outlaw* (alguém que está fora da lei de gênero, conforme Piñeroba).

O exemplo de Kate Bornstein traz um aspecto interessante que merece ser abordado. Ela se identifica como *gender outlaw*, uma categoria nova entre a multiplicidade de identidades de gênero. Há outras categorias tais como intersexuais, transexuais, travestis, multigêneros, não gêneros, transeuntes de gênero, gêneros *queer*, transgêneros. Gostaria de me deter um pouco na categoria “transgênero”, usada nos Estados Unidos e Europa. Esta categoria é ampla e pode abarcar a pluralidade de gêneros não normativos, como as citadas. Houve uma tentativa de incluir esse léxico no Brasil em fins da década de 1990, mas ele não foi aceito amplamente pela comunidade de lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis e transexuais (LGBTT). No Brasil (e em alguns países latinos como Argentina e Colômbia), são usadas as categorias “transexual” e “travesti”. A princípio, o que diferencia essas duas categorias é o desejo de fazer a cirurgia de redesignação sexual (transexual) ou não desejo (travestis).

No entanto, essas fronteiras não estão claras. Há transexuais, como Marcos, que não desejam mudar seus genitais, mas querem ter o direito de fazer as outras transformações corporais mais próximas de sua identidade de gênero, querem ter o reconhecimento social através do gênero com o qual se identificam e ter o direito de alterar o nome de registro. Esse desejo de não alterar a genitália o incluiria na categoria travesti? Outro exemplo é a história da travesti (é assim que ela se identifica, pois, embora tenha

produzido o seu corpo com silicone, hormônios, cirurgias etc., nunca quis retirar seu pênis) Marcellly Malta que, em uma decisão inédita no Brasil, obteve em fevereiro de 2011 autorização de um juiz para mudar na certidão de nascimento o seu nome.¹¹ Ela seria transexual?

Em dezembro de 2009, aconteceu no Rio de Janeiro o 16º Encontro Nacional de Travestis e Transexuais (ENTLAIDS). A pauta do ENTLAIDS incluiu, entre outros temas, a discussão sobre o conceito do que é ser travesti e ser transexual e a reivindicação do reconhecimento da identidade “travesti” pelas políticas públicas específicas. As travestis querem ter o direito ao acesso às tecnologias moles de transformação corporal pelo poder público, como acontece com os transexuais. É importante lembrar que a categoria travesti não é considerada uma categoria patológica, mas mesmo assim as travestis reivindicam um “processo travestizador”, almejando o direito ao acesso à terapia hormonal pelo SUS, a fim de reduzir o uso de silicone líquido, diminuindo os riscos do uso dessa substância. No entanto, mesmo que seja uma reivindicação legítima e inovadora no Brasil, há de se ter o cuidado de não patologizá-la. Eu não seria tão otimista quanto a isso, pois os transexuais têm de se submeter aos protocolos do aparato regular biomédico, e sabemos o quanto isso pode ser complicado, como demonstrei na cena 3. E o mesmo pode acontecer com as travestis. Mesmo que elas façam o uso estratégico disso, correm o risco de serem consideradas sujeitos portadores de transtornos mentais.

Voltando à Cristina, ela diz que não há espaço para o desejo dos trans quando em processo formal de mudança de sexo, ou seja, quando em “tratamento”. O que Cristina está questionando é o próprio tratamento. Mas o que significa ser “tratado”?, ou melhor, a questão é *como* Cristina e Marcos querem ser tratados?

Butler (2010b), ao analisar a articulação política em torno da despatologização das identidades trans, chama a atenção para os termos com os quais os trans se apresentam diante das autoridades médicas e legais, por meio dos quais são interpretados e tratados. Nesse âmbito, Butler (2010b, p. 9) identifica o seguinte dilema: “Pode haver um tratamento médico ou psicológico de acordo com as normas de um bom tratamento, do tratamento honrado e respeitoso, do tratamento igualitário?”

¹¹ Disponível em: <<http://culturacd.dihitt.com.br/noticia/travesti-marcellly-malta-presidenta-da-ong-igualdade-rs-conquista-mudanca-de-nome-na-certidao-de-nascimento>>.

Butler (2010b) argumenta que quando um/uma trans solicita a uma autoridade legal, psicológica ou médica permissão para iniciar sua transição, de certo modo está dizendo que não pode fazer isso sozinho e pede o reconhecimento com respeito. Este trans se apresenta não como um “caso” mas, antes disso, coloca em jogo uma “cena de enunciação”. Em outras palavras, o sujeito se coloca em “uma relação de dependência com a autoridade, mas, antes de mais nada, faz uma petição ética ao outro” (BUTLER, 2010b, p. 10).

Para Butler (2010b), não é possível dissociar a prática e os termos de diagnóstico da cena ética. Os trans, aqueles sujeitos que não estão “alinhados” com as normas de gênero esperadas, com aquelas normas que estão implícitas em todo o processo de assinação sexual, não apresentam uma patologia que precisa ser retificada. Não se trata de conseguir a normalidade, e sim de encontrar um modo de viver e viver bem. Nesse sentido, o que diferencia um tratamento patologizante de um tratamento ético é a primazia da proteção do desejo que se oferece.

O regime farmacopornográfico questiona e recusa a normalidade. Gêneros não alinhados não são gêneros que podem ser categorizados nem como normais, nem como anormais. O “não-alinhamento” a que Butler se refere é um tipo de desconformidade com as normas que pertencem ao domínio da expectativa, da antecipação e da imaginação. “Levar adiante uma transformação é se converter em algo distinto do que é um, é reclamar um imaginário alternativo, é apostar pela sua realização de qualquer modo possível” (BUTLER, 2010b, p. 12, 13).

Cristina e Marcos não são nem normais nem anormais. Não existem mais os *Freak Shows*, como sabemos. Eles não tiveram um tratamento ético.

Créditos finais

Após ter passeado por Butler, Preciado, Foucault, personagens trans, vidas trans, *Freak Shows*, próteses, tecnologias moleculares, líquidas, viscosas etc., a personagem final que apresento sou eu mesma, a pesquisadora interdisciplinar, que poderia ter escolhido o caminho mais simples para pensar sobre transexualidade, isto é, estudá-la da perspectiva biomédica, que alguns chamam de “especializada”, pois esta é não só a minha área de formação na graduação, mas também a perspectiva dominante em minha prática profissional como professora universitária de fisioterapia. No entanto, reduziria, dessa forma, as possibilidades de análise, sobretudo porque

meu desafio atual, como doutoranda na área de ciências humanas, é encontrar novas leituras e interpretações sobre o tema da transexperiência.

Outras questões presentes no debate da despatologização trans são: a) a abordagem e a conveniência da luta pela despatologização em distintos contextos sociais; b) se há algo semelhante ao diagnóstico que possa ser formulado sem necessidade de patologização; c) se se deve suportar e resistir, com apoio coletivo, à força da patologização de qualquer diagnóstico com o objetivo de acessar o processo de transição e conseguir a transformação que se deseja; d) viver sem mediações institucionais desse tipo e aceitar uma falta de reconhecimento e de apoio institucional para levar adiante as transformações desejadas (COLL-PLANAS, 2010; BUTLER, 2010b).

Por fim, assinalo também que várias questões ficaram de fora deste documentário escrito. Não é possível dar conta de todos os aspectos que envolvem identidades de gênero, identidades trans e subjetividades em poucas páginas. Procurei refletir sobre os diferentes discursos e dispositivos que constituem os sujeitos trans, sobre as tecnologias de gênero e tecnologias de produção de corpos em uma sociedade farmacopornográfica, sobre os dilemas e paradoxos que envolvem a patologização dos sujeitos trans e o quanto todos esses aspectos operam na subjetividade desses sujeitos. O trânsito por tantos lugares e saberes me faz perceber as linhas de força e as tensões que estão presentes na discussão das identidades trans e suas subjetividades. Percebo que o tema é inesgotável, que não há soluções ou definições absolutas, não há verdades inequívocas.

Este documentário escrito foi experimental, como informei no início. Não há um fim nem uma conclusão. Ele simplesmente termina aqui.

Referências

BUTLER, Judith. *Deshacer el género*. Barcelona: Paidós, 2006.

_____. *Cuerpos que importan: sobre los límites materiales y discursivos del "sexo"*. Buenos Aires: Paidós, 2005.

_____. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010a

_____. Prólogo. In: MISSÉ, Miquel; COLL-PLANAS, G. (Eds.). *El género desordenado: críticas en torno a la patologización de la transexualidad*. Barcelona, Madrid: EGALES, 2010b.

CASTEL, Pierre-Henri. Algumas reflexões para estabelecer a cronologia "fenômeno transexual" (1910-1995). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 21, n. 41, p. 77-111, 2001.

COOL-PLANAS, Gerard. Introducción. In: MISSÉ, Miquel; COLL-PLANAS, G. (Eds.). *El género desordenado: críticas en torno a la patologización de la transexualidad*. Barcelona, Madrid: EGALES, 2010.

COURTINE, Jean-Jacques. O corpo anormal: história e antropologia culturais da deformidade. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. *História do Corpo: as mutações do olhar: o século XX*. Rio de Janeiro: Vozes, 2008. v. 3.

DE LAURETIS, Teresa. *Technologies of gender: essays on theory, film, and fiction*. Bloomington: Indiana University Press, 1987.

FERRÉ, Joan Vendrell. ¿Corregir el cuerpo o cambiar el sistema? La transexualidad ante el orden de género. *Sociológica*, año 24, n. 69, p. 61-78. 2009. [on line] Disponível em: <<http://www.transexualia.org/SANIDAD/transordengenero.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2011

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. *Ética, sexualidade, política: ditos e escritos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. v. 5.

KNUDSEN, Patricia Porchat Pereira da Silva. *Gênero, psicanálise e Judith Butler: do transexualismo à política*. 2007. Tese (Doutorado) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2007.

KRISTEVA, Julia. *Poderes de la perversión*. México: Siglo Veintiuno, 1988.

NEWTON, Esther. Le mythe de la lesbienne masculine: Radclyffe Hall et la Nouvelle Femme. *Cahiers du Genre*, n. 45, p. 15-42, 2008.

PIÑEROBA, José Antonio Nieto. *Transexualidad, intersexualidad y dualidad de género*. Barcelona: Ediciones Bella Terra, 2008.

PRECIADO, Beatriz. *Testo Junkie: sexe, drogue et biopolitique*. Paris: Bernard Grasset, 2008.

PRINCÍPIOS de Yogyakarta. [s.d.] Disponível em: <http://www.clam.org.br/pdf/principios_de_yogyakarta.pdf>. Acesso em: 20 jan 2011.

RAMOS, Fernão Pessoa. *Mas afinal... O que é mesmo documentário?* São Paulo: Senac, 2008.

SUESS, Aimar. Análisis del panorama discursivo alrededor de la despatologización trans: procesos de transformación de los marcos interpretativos en diferentes campos sociales. In: MISSÉ, Miquel; COLL-PLANAS, Gerard (Eds.). *El género desordenado: críticas en torno a la patologización de la transexualidad*. Barcelona, Madrid: EGALES, 2010.

VEYNE, Paul. *Foucault: seu pensamento, sua pessoa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.